

Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário

MÁRCIA B. F. RODRIGUES
Universidade Federal do Espírito Santo

O PROCEDIMENTO OU PRINCÍPIO CONSTRUTIVO que tem guiado os ensaios do historiador italiano Carlo Ginzburg é sempre um “*achado*”, proveniente das margens de investigações inteiramente diversas. Esses “*achados*”, segundo o autor, “são frutos do acaso e não da curiosidade deliberada. Surge em algum momento da pesquisa onde a sensação é de ter encontrado uma pista relevante e ao mesmo tempo a consciência aguda da ignorância sobre o que é ou significa” (Ginzburg, 2004:11).

Em seu último livro traduzido no Brasil, *Nenhuma Ilha é uma Ilha* (2004), o autor defende o gênero ensaístico na narrativa histórica. Ginzburg enfatiza que “o andamento simultaneamente tortuoso, caprichoso e severo do ensaio pode parecer incompatível com o rigor de um *test*, mas talvez essa mesma flexibilidade tenha êxito em captar configurações que tendem a escapar às malhas das disciplinas institucionais” (Ginzburg, 2004:13). Sua narrativa histórica tem se caracterizado pelo ensaio, em que a marca da erudição associa a forma literária à necessidade de verificação da história. Entretanto, esclarece o autor, nenhuma verificação pode ser tida por definitiva. Aliás, a propósito do ensaio, o autor destaca a advertência de Adorno de acordo com a qual “a auto-relativização é imanente à forma do ensaio” (*apud* Ginzburg, 2004:12).

Podemos identificar os prenúncios dessa perspectiva ensaística na narrativa histórica de Ginzburg a partir de *Sinais* (1989), em que discute o paradigma venatório (relativo à caça e ao seu universo) e o divinatório (relativo à adivinhação

ou aos instrumentos dessa prática), que ele definiu como paradigma indiciário, conferindo sentido a seu modo de pesquisar, inserindo-o numa perspectiva histórica longuíssima e plurimilenar (Ginzburg, 2004:14). Desde *Sinais*, o autor persegue uma hipótese indemonstrável para o positivismo sobre a origem da narração, que lança luz sobre o sentido inicial da palavra história, ou seja, algo que é narrado, contado e que talvez tenha origem na pré-história do homem e tenha nascido numa sociedade de caçadores, onde, a fim de transmitir por meio de traços infinitesimais um evento que não podiam testemunhar diretamente, nossos antepassados (caçadores) ordenavam os fatos em uma seqüência narrativa. Dessa forma, o saber venatório consiste em passar de fatos aparentemente insignificantes (pistas, indícios) para a realidade complexa, não observável diretamente. No mesmo sentido, Ginzburg destaca a analogia, a despeito do contexto social totalmente diferente, entre o paradigma venatório e o paradigma implícito nos textos divinatórios mesopotâmicos (pensamento mágico), redigidos a partir do terceiro milênio a.C em diante. Ambos requerem um minucioso exame da realidade para descobrir pistas de eventos dos quais o observador não pôde participar ou experimentar diretamente. Assim, embora o autor aponte divergências entre os dois modelos, a adivinhação voltada para o futuro e a decifração venatória para o passado, a “atitude cognoscitiva era, nos dois casos, muito parecida; as operações intelectuais envolvidas – análises, comparações, classificações – formalmente idênticas” (Ginzburg, 1989:152 e 153). Além disso, podemos estabelecer um nexos entre as primeiras articulações simbólicas do homem (narrativa dos caçadores) e a arte divinatória mesopotâmica.

Isso posto, é importante destacar que da Mesopotâmia à Grécia antiga, por exemplo, na medicina hipócrite, o paradigma indiciário seguirá de diversas formas em nossa cultura até que no final do século XIX, mais precisamente na década de 1870-1880, começa a se firmar silenciosamente nas ciências humanas, baseado na semiótica.¹ Esse estudo é realizado por Ginzburg através da análise comparativa das práticas indiciárias de Giovanni Morelli, formado em medicina e crítico de arte; Arthur Conan Doyle, médico e posteriormente literato, criador do personagem Sherlock Holmes e Freud, médico e criador da psicanálise.

Nos três casos, entrevê-se o modelo da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevante aos olhos do leigo, pistas talvez infinitesimais que permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli) (Ginzburg, 1989:150 e 151).

Em *Relações de Força* (2002), Ginzburg continua seu argumento assumindo explicitamente essa postura teórica e metodológica por meio do indiciarismo, travando um debate contra o ceticismo e o relativismo pós-moderno e sem ceder um milímetro ao positivismo. Para empreender tal objetivo, parte da discussão da relação dialética entre prova e retórica em Aristóteles, em contraposição à separação entre prova e retórica a partir de Nietzsche. Tal procedimento tem como finalidade salientar que tais preocupações heurísticas presentes no indiciarismo estão “inscritas na ambiência intelectual européia na virada do século XIX para o XX. E não tão somente porque uma leitura irracionalista começava a projetar-se pela divulgação dos escritos de Nietzsche, mas porque outras tentativas ocorriam no interior das práticas ditas científicas” (Cerqueira Filho, 1997:25). Dessa forma, Ginzburg buscou apresentar os efeitos dessa separação no debate teórico e metodológico contemporâneo nas Ciências Humanas e particularmente na História.

A discussão metodológica inserida pelo autor aponta instigantes questionamentos e reflexões sobre o que é prova. Podemos resumir essas inquietações nas seguintes perguntas: qual o papel das fontes no trabalho do historiador? O que é a verdade? Onde ela está? Ginzburg desloca para o âmago da pesquisa as tensões entre narração e documentação, os vínculos entre retórica e prova, a relação entre o historiador e seu objeto e a distância que os permeia.

Seu argumento central parte do combate ao relativismo pós-moderno que foge à responsabilidade da averiguação e, em seguida, analisa a tensão entre retórica e prova como uma relação de força no sentido metodológico e político-ideológico. Para realizar essa tarefa, Ginzburg insere a discussão sobre o paradigma indiciário em que o trabalho do historiador é tratado como um ofício artesanal. Dessa forma, contrapõe-se, por exemplo, ao argumento de que a ficção e a literatura se equivalem à História como narrativa. Enfatiza que as narrativas históricas estão voltadas, ao contrário das outras (ficção, literatura), para a busca da averiguação (verdade provável), porém modeladas, em cada uma de suas fases, por perguntas e respostas elaboradas de forma narrativa. Na verdade, Ginzburg quer chamar atenção para o caráter artesanal do ofício do historiador, possuidor de um saber erudito, especializado, um olhar treinado que domina uma técnica, examina a realidade com método e tem o compromisso com a averiguação.

Partindo de uma crítica severa ao paradigma positivista e físicomatemático, baseado na física galileana e inscrito na posição Racionalismo *versus*

Irracionalismo, Ginzburg discute e analisa o paradigma indiciário, não teorizado, apesar de amplamente operante até o final do século XIX, contrapondo-o ao modelo positivista vitorioso no século XX. Nesse sentido, procura mapear sua origem e demonstrar sua utilização nas diferentes áreas do saber.

O ponto de partida do autor é o dilema que se instaura a partir de Galileu: ou as ciências humanas assumem um estatuto frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumem um estatuto forte para chegar a resultados de pouca relevância. Para Ginzburg, o paradigma indiciário, ao estabelecer uma estreita relação entre natureza e cultura, localiza-se no primeiro caso: sem ser rigoroso, no sentido galileano, mas fundando-se num rigor flexível, sensível aos sons, sabores e odores, em que rigor, sensibilidade, intuição e técnica se combinam para chegar à verdade provável; que não é nem a verdade dos positivistas, nem a impossibilidade da verdade dos céticos, nem o relativismo pós-moderno. O que então daria aos fenômenos existentes a sua consistência? *O indício*.

Como já apontamos *alhures*, o paradigma indiciário tem raízes que remontam à própria origem da humanidade e se traduz em um saber de tipo venatório, caracterizado pela capacidade de tomar dados aparentemente irrelevantes e descrever uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável. Ginzburg acrescenta que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo que possam se traduzir numa seqüência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser “alguém passou por ali”. Ele sugere que a própria idéia de narração (contar uma história, descrever situações e comportamentos), distinta de outras formas de expressão, como o sortilégio, o exconjuro ou a invocação, pode ter nascido numa sociedade de caçadores: “O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas, uma série coerente de eventos. ‘Decifrar’ ou ‘ler’ as pistas dos animais são metáforas” (Ginzburg, 1989:152).

Criando sua própria metáfora, Ginzburg compara as variáveis que compõem uma pesquisa desenvolvida sob o paradigma indiciário aos fios de um tapete. Definido o campo onde se realiza a investigação [o território], o pesquisador/tecelão busca os indícios de um padrão que [re]une as informações em uma interpretação que encontra seu significado no contexto teórico sustentado pela urdidura dos fios. A consistência da teia, revelada no trabalho do pesquisador [tecelão], é verificável “percorrendo-se o tapete com os olhos em várias direções” (Ginzburg, 1989:170). O tapete seria o paradigma que, a cada vez que é usado e conforme o contexto, se denomina venatório, divinatório, indiciário ou semiótico.

Trata-se, como é claro, de adjetivos não-sinônimos, que, no entanto, remetem a um modelo epistemológico comum, articulado em disciplinas diferentes, muitas vezes ligadas entre si pelo empréstimo de métodos ou termos-chave. Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. Minúsculas particularidades paleográficas foram empregadas como pistas que permitiam reconstruir trocas e transformações culturais. (Ginzburg, 1989: 170 e 178)

Dessa forma, o indiciarismo poderia tornar-se um dos “caminhos” [metodologia] por meio do qual o mistério da unidade subjacente à diversidade existente no mundo, objeto de todo conhecimento, pode adquirir um sentido fora do debate desgastado da razão e desrazão, em que o mito da neutralidade/eficácia tudo explica e tudo molda com os critérios absolutistas de verdade.

Na sua defesa do paradigma indiciário, Ginzburg destaca que o método subjacente é uma forma de saber que tendencialmente trabalha com indícios mudos, que não se prestam a formalizações, são imponderáveis. Trata-se de um método em que o faro, o golpe de vista, a intuição – que pertence a todos os homens sem distinção e une estreitamente o animal homem às outras espécies animais – ganham uma importância inusitada. Sua força está na concretude da experiência e sua fraqueza na incapacidade de servir-se do poderoso e terrível instrumento da abstração, tão caro à ciência moderna. O método indiciário fundar-se-ia num rigor flexível, em que as regras não se prestam exclusivamente a serem formalizadas ou ditas. Nesse sentido, ao mesmo tempo o paradigma indiciário aproxima o gênero humano de outras espécies animais e da própria natureza e não atua na naturalização da reflexão histórico-social.

O paradigma indiciário valoriza a aproximação emocional do observador com o seu objeto, os traços e o conhecimento individuais em detrimento à generalização. A verdade é o que se consegue provar, às vezes, com auxílio da sensibilidade (emoção) e da razão, porque o absoluto é inatingível. Assim, é preciso enfatizar que a prova no método indiciário não se restringe ao controle racionalista/positivista. O conhecimento é possível nesse paradigma mediante a *relação* Razão e Emoção, e não na *oposição* Racionalismo versus Irracionalismo marcada pela oposição lógica, por exemplo, entre parte e todo, aparência e essência, sincrônico e diacrônico, histórico e lógico, universal e singular, sujeito e objeto, passado e presente, teoria e prática, etc. Desse modo, o autor salienta que, quando as causas não são reproduzíveis por meio de provas palpáveis ou empíricas, é possível inferi-las a partir de seus efeitos. É por esse caminho que Ginzburg introduz a discussão da tensão entre retórica e prova. Ele busca

demonstrar que as provas visíveis e palpáveis não são as únicas possíveis de serem averiguadas pela narrativa histórica. As provas extratécnicas, ou seja, indícios mudos, também são passíveis de averiguação. Para tal, o autor chama atenção para a combinação entre prova e retórica na tradição filosófica ocidental desde Aristóteles, e o quanto essa tradição é importante e, por vezes, imprescindível, para o ofício do historiador.

Ao abrir essa discussão metodológica, Ginzburg nos incita a refletir, sob outro ângulo, o velho problema sobre os critérios de cientificidade nas Ciências Humanas. Afinal, qual a relação entre saber e verdade e suas implicações sobre o rigor científico, fora da herança positivista, nas Ciências Humanas ou conjecturais? O rigor científico é compatível com o paradigma indiciário?

A máxima de Lacan é apropriada nesse momento da reflexão porque vai ao encontro da argumentação sustentada por Ginzburg, “allí donde saber y verdad no pueden unirse va a hacer falta, necesariamente, una ciencia conjetural” (apud Gabriel Pulice, 2001: 12). Por esse ângulo é possível pensar critérios de cientificidade fora da herança positivista, pois é preciso destacar que a conjectura é uma postura e prática comum ao pensamento científico, quer na área das ciências humanas, naturais ou exatas; o que diferencia uma das outras é tão somente a forma como os processos conjecturais são utilizados na produção do conhecimento. Assim, embora essas formas se diferenciem significativamente, tanto em relação ao valor inferido à abdução (hipótese ou conjunto de hipóteses), quanto ao critério que decide se um dado ou fato é ou não um indício, não se invalida, sob hipótese alguma, o caráter científico das ciências conjecturais.

Ginzburg, ao considerar a história como um saber ou forma de conhecimento conjectural, defende o trabalho do historiador como um ofício artesanal, caracterizado por ser altamente especializado, pelo domínio de um saber e de uma técnica que tem compromisso com a averiguação, em que prova e retórica devem andar juntas, uma não excluindo a outra, ao contrário, completando-se. Esse argumento baseia-se na *Retórica* de Aristóteles, em que se defende a idéia de que tanto as proposições quanto os fatos fazem parte de uma poderosa arte retórica. Assim, a retórica se move no âmbito do provável e não da verdade científica positivista. Além disso, afasta-se do etnocentrismo inocente que não se posiciona criticamente frente às diferenças, pois o rigor flexível que o autor advoga no método indiciário concebe a rigidez como responsabilidade, ou seja, que se expressa também pela decisão de justificar as posições assumidas. É esse o sentido, por exemplo, dos ensaios de Ginzburg em *Olhos de Madeira* (2001).

Prosseguindo sua argumentação em *Relações de Força*, o autor chama atenção para o fato de que apesar do conteúdo da palavra prova (ou de seus sinônimos) ter mudado em relação ao sentido que tinha na Grécia (*pístis*) do séc. IV a. C., o fio claro que une as duas noções é que ambas se referem a um âmbito da verdade provável que, por sua vez, não coincide nem com a verdade sapiencial – garantida pela pessoa que a propõe e, como tal, para além da prova – nem com a verdade impessoal da ciência moderna, inteiramente demonstrável e acessível a todo aquele capaz de aceder ao conhecimento (Ginzburg, 2002:42).

O autor insiste em que, ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que o condicionam, como a possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si, etc. Tomando essa premissa como argumento central, o autor sugere que o historiador, no dizer de Walter Benjamin, deve escovar a História ao contrário, ou seja, é preciso ler os testemunhos (documentos) às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira é possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irredutível a elas. (Ginzburg, 2002: 43)

Os ensaios de Ginzburg transgridem as fronteiras que separam diferentes disciplinas acadêmicas para tratar temas consagrados ou não, a partir de novos ou velhos objetos. Fazendo perguntas inusitadas às fontes e valendo-se de uma discussão metodológica que vai de encontro ao positivismo das disciplinas institucionais, busca no paradigma indiciário uma postura metodológica pluridisciplinar e interdisciplinar, unindo erudição, criatividade, imaginação e rigor, para produzir análises impecáveis que partem do detalhe para atingir a totalidade da realidade social. Seus ensaios estão sempre perseguindo grandes temas a partir da oscilação sutil e irônica da tênue fronteira entre o plano da ficção e o da realidade, desafiando o historiador para ousar imaginar quando os indícios não são demonstráveis pela experimentação direta.

Que lições podemos aprender com Ginzburg? Em primeiro lugar é preciso transformar a realidade num enigma, duvidar do óbvio e tratar a prova e a retórica como partes integrantes e importantes de um mesmo processo, em que a prova documental, as provas extratextual e a retórica (argumentação) são parte da pesquisa e do processo de construção do conhecimento histórico. O núcleo do paradigma indiciário é o postulado segundo o qual a realidade, pelo menos em certos aspectos, apresenta-se opaca, mas existem certos pontos privilegiados – os indícios, sintomas – que tornam possível decifrá-la.

Em segundo lugar, as fontes históricas não são janelas escancaradas (como querem os positivistas), nem muros que obstruem a visão (como querem os céticos), no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. Aliás, a análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo, um exercício de imaginação e de argumentação, de retórica.

Em terceiro lugar, a construção imaginativa e retórica não é incompatível com a prova empírica palpável, nem com o desejo, sem o qual não há pesquisa, nem com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade.

Por último, percebemos que a narrativa histórica é qualitativamente diferente de outras narrativas e que, a despeito do ceticismo, que não acredita na possibilidade do conhecimento e do relativismo, o qual não estabelece compromisso com a averiguação (prova), o conhecimento histórico é possível. Se utilizarmos uma lógica de acordo com o objeto que investigamos, se situarmos o estatuto de verdade que buscamos e estabelecemos e se os parâmetros que garantem a aplicação de conjeturas se baseiam em um critério de rigor flexível, no dizer de Lacan, “a exatidão se distingue da verdade e a conjetura não exclui o rigor” (apud Gabriel Pulice, 2001:4).

Enfim, as posturas teórico-metodológicas combatidas por Ginzburg e tão presentes na ideologia hegemônica da sociedade contemporânea, ficam esvanecidas perante sua pungente defesa da perspectiva indiciária na pesquisa histórica, de acordo com a qual prova e retórica se completam permitindo vislumbrar uma relação criativa e inteligente em que a sensibilidade histórica valoriza o ofício artesanal do historiador.

Referências Bibliográficas

CERQUEIRA FILHO, G. e NEDER, G. *Emoção e Política - (a) ventura e imaginação sociológica para o século XXI*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997.

———. *Édipo e Excesso – reflexões sobre lei e política*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2002.

GABRIEL PULICE, F. M. y OSCAR ZELIS. *La Práctica de la Investigación en relación al Pensamiento Mágico, la Conjetura, el Paradigma Indiciario y la ciencia Moderna: notas para repensar la científicidad*. In: *Revista Eletrônica de Epistemología de Ciencias Sociales*. Disponível em <http://www.moebio.uchile.cl/12frames07.htm>. Acesso em: 23/03/05.

GINZBURG, C. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In ———. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

———. *Olhos de Madeira – nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

- . *Relações de força*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- . *Nenhuma Ilha é uma Ilha – quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Cia das Letras, 2004

Notas

¹ Para uma análise mais detalhada sobre a prática do indiciamento no século XX, por exemplo, em K. Marx, Marc Bloch e outros, além da aproximação com a perspectiva psicanalítica de Lacan a partir do indício como sintoma, ver *Emoção e Política*. Op.cit, 1997.

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo
Estudos de Pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense em Ciência Política e Antropologia
Pesquisa em andamento: “O imaginário político na cultura organizacional da Polícia Militar em Vitória, ES”
Órgão financiador: Facitec (Fundo de Apoio a Ciência e Tecnologia do Município de Vitória)

mbfrodriques@ig.com.br